

## COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

**REQUERIMENTO N.º** \_\_\_\_\_, **de 2008.**

(Dos Srs. Eduardo da Fonte e Simão Sessim)

*Requer seja realizada reunião de audiência pública nesta Comissão para discutir o impacto do custo da energia elétrica sobre o setor produtivo brasileiro.*

Senhor Presidente,

Nos termos dos arts. 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, **REQUEREMOS** a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada reunião de audiência pública para debater o impacto do custo da energia elétrica sobre o setor produtivo brasileiro.

Sugerimos sejam convidadas as seguintes pessoas:

- 1) Sr. Édson Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia;
- 2) Sr. Armando de Queiroz Monteiro Neto, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- 3) Sr. Paulo Skaf, Presidente Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP);
- 4) Jorge Gerdau Johannpeter, Coordenador Geral da Ação Empresarial Brasileira;
- 5) Pedro Luiz Cerri, Diretor-Presidente da Companhia Têxtil do Nordeste (CITENE);
- 6) Jackson Schneider, Presidente da Associação dos Fabricantes de Veículos Automotores do Brasil (ANFAVEA);
- 7) Sr. Jerson Kelman, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

## JUSTIFICATIVA

Nos últimos 7 anos a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) vem autorizando reajustes nas tarifas de energia elétrica em patamares bem superiores à variação do IGP-M e do IPCA. Em alguns casos o aumento da energia para o consumidor final é quase o dobro da correção do IGPM e quase o triplo do IPCA.

A partir de 2003, um número grande de concessionárias passou pelo primeiro ciclo de revisão tarifária, no qual havia grande expectativa de redução das tarifas. Essa expectativa foi frustrada, na medida em que todas as empresas tiveram correção positiva em suas tarifas sendo que várias com aumentos superiores a 30%.

Segundo estudo do DIEESE intitulado “As tarifas de energia elétrica no Brasil: sistemática de correção e evolução dos valores”<sup>1</sup>, nos últimos dez anos, a tarifa média total de energia elétrica aumentou 205,29%. O valor total médio do MWh passou de R\$ 82,16 para R\$250,83. O trabalho destacou que o aumento da tarifa de energia elétrica foi diferenciado por classe de consumidores. Entre 1997 e 2002, os aumentos foram bastante semelhantes entre as diferentes classes de consumidores. Desde então, os aumentos têm sido mais expressivos na classe industrial, tendo em vista a retirada gradual do subsídio que era aplicado a essa classe de consumo, conforme se demonstra abaixo:

### Variação anual das tarifas médias de energia elétrica por classe de consumo Brasil 1998 a 2006

(Em %)

Classe de consumo	1998	2000	2002	2003	2005	2006	Total
Residencial	5,33	14,35	16,66	14,09	7,64	1,29	146,17
Industrial	3,53	12,55	16,54	16,80	34,91	12,28	280,30
Comercial	3,34	12,37	18,84	13,31	10,16	4,38	153,95

Fonte: ANEEL / Elaboração: DIEESE - Rede Eletricitários

Conforme o DIEESE, a tarifa média residencial aumentou 146,17% enquanto a tarifa industrial variou 280,30%. Apesar dessa diferença, é importante destacar que o valor médio da tarifa para o consumidor residencial era de R\$ 294,91, em 2006, e de R\$ 207,68, para a classe industrial. Ou seja, a tarifa da classe residencial estava, ainda, 42% acima da tarifa da classe industrial. Essa diferença era de 119,37% em 1997. Abaixo demonstra-se a tarifa média residencial, industrial e comercial:

### Tarifas Médias de Energia Elétrica por Classe de Consumo Brasil 1997 a 2006

(Em R\$/MWh)

Classe de consumo	1997	1999	2001	2002	2004	2005	2006
Residencial	119,80	138,93	179,78	209,74	270,49	291,15	294,91
Industrial	54,61	63,11	82,18	95,77	137,11	184,97	207,68
Comercial	107,99	121,70	156,17	185,60	238,50	262,73	274,24

Fonte: Aneel / Elaboração: DIEESE - Rede Eletricitários

<sup>1</sup> Divulgado na Nota Técnica n.º 58, de dezembro/2007.

Segundo estudos da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia Elétrica (ABRACE), a energia elétrica acumula alta de 180% nos últimos quatro anos.<sup>2</sup> O repasse dessa alta é inevitável. Exemplo disso é a declaração aos jornais do Sr. Cledorvino Bellini, Presidente da subsidiária brasileira da FIAT, de que a energia elétrica representa até 7% do preço de um carro.<sup>3</sup>

Para a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE) o custo da energia no curto prazo é a principal preocupação. Conforme a entidade, o preço do megawatt-hora no Sistema Sudeste, que concentra a maior carga e as maiores indústrias do país, chegou a R\$ 569,50, poucos centavos abaixo do teto de R\$ 569,57 fixado pela ANEEL. Em dezembro de 2006, o preço era R\$ 58,76. Em dezembro de 2007, o valor subiu para R\$ 204,93, chegando a atingir R\$ 475,00.<sup>4</sup>

A consequência desses aumentos muito acima da inflação é que o megawatt-hora no Brasil é hodiernamente mais caro do que em muitos países que compõe o G7. No Brasil paga-se em dólar norte-americano mais caro que a Suíça pela energia elétrica. Isso fica claro quando se examina o quadro elaborado pelo Prof. Roberto D´Araujo para a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e apresentado em audiência pública da Comissão Mista Especial “MUDANÇAS CLIMÁTICAS”, destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil”, realizada em 23/8/2007:

#### Tarifas de energia elétrica em vários países

<b>Tarifa Industrial</b>	<b>US\$/ MWh</b>		<b>Tarifa Residencial</b>	<b>US\$/MWh</b>
Itália	236		Dinamarca	328
Irlanda	150		Itália	253
<b>Brasil c/ impostos</b>	<b>140</b>		Irlanda	226
Reino Unido	132		Reino Unido	220
Hungria	128		Alemanha	212
Eslováquia	128		Portugal	204
Áustria	126		Áustria	202
Portugal	123		<b>Brasil c/ impostos</b>	<b>199</b>
Japão	120		Japão	188
Tchecoslováquia	108		Hungria	173
<b>Brasil s/ impostos</b>	<b>104</b>		Eslováquia	173
México	102		Espanha	165
Turquia	100		França	151
Espanha	91		<b>Brasil s/ impostos</b>	<b>148</b>

<sup>2</sup> Matéria publicada no DCI - Comércio Indústria Serviço: Custos com energia dividem os fabricantes de alumínio ([www.eletrosul.gov.br/gdi/gdi/index.php?pg=cl\\_abre&cd=khfgXc2./Tfh](http://www.eletrosul.gov.br/gdi/gdi/index.php?pg=cl_abre&cd=khfgXc2./Tfh)).

<sup>3</sup> Revista Exame, edição de 29/4/2006.

<sup>4</sup> Radiobras – Agência Brasil, edição de 14/1/2008: Encarecimento de energia para indústrias pode afetar PIB, avalia associação (<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/01/14/materia.2008-01-14.0063300322/view>).

Alemanha	84	Nova Zelândia	147
Suíça	81	Finlândia	140
Finlândia	80	Tchecoslováquia	137
Polônia	78	Polônia	134
Dinamarca	76	Suíça	132
Grécia	70	Noruega	121
Coréia	68	México	120
Nova Zelândia	66	Turquia	113
Austrália	61	Grécia	113
Estados Unidos	61	Coréia	103
China	57	Estados Unidos	100
Noruega	56	Austrália	98
França	53	China	78
Canadá	49	Canadá	67
África do Sul	22	África do Sul	59

Como se observa, a tarifa industrial no Brasil, com ou sem tributos, é mais cara do que em muitos países desenvolvidos. Muito embora nossa matriz seja 80% hidroelétrica, pratica-se tarifa de país que tem geração termoelétrica.

O impacto do aumento da energia elétrica, em especial no setor industrial, pode reduzir a produção e afetar o crescimento do PIB. A Fundação Getúlio Vargas, através da FGV Projetos, elaborou estudo intitulado “Cenários de impactos da elevação do preço da energia elétrica - 2006-2015”. O trabalho chegou à conclusão de que sem a elevação do preço da energia elétrica, ou seja, de acordo com o cenário básico, o PIB per capita brasileiro crescerá à taxa de 2,4% ao ano, revertendo o desempenho medíocre dessa variável nos últimos 25 anos, quando o PIB per capita cresceu à taxa de apenas 0,3% ao ano. Esse desempenho é significativamente afetado nos dois cenários de elevação dos preços da energia examinados. No cenário pessimista, a FGV prevê o crescimento do PIB per capita em torno de 1,6% ao ano, ou seja 50% menor do que o cenário básico. Já no cenário mais otimista, o crescimento per capita é de 1,9% ao ano, ou seja 26% menor do que o cenário básico.

O elevado valor da tarifa de energia elétrica passou a comprometer parcela cada vez mais importante dos gastos das famílias. Além do impacto direto na conta de luz, como a energia elétrica é um insumo muito importante na cadeia produtiva de vários produtos e serviços, o maior reajuste na classe industrial acaba, indiretamente, sendo transferido ao consumidor final desses produtos e serviços, atingindo também o orçamento doméstico.

A metodologia e os procedimentos adotados pela ANEEL têm dado uma ênfase puramente econômica em detrimento do consumidor e da inclusão social. Os dados demonstrados revelam que a mudança no formato de definição das tarifas de energia elétrica no Brasil ainda não alcançou a modicidade tarifária, que era um dos seus objetivos.

Diante do exposto, a realização da audiência pública requerida é de importância primordial para que se possa debater a questão do preço desse importante componente de custo da cadeia produtiva.

Sala da Comissão, em de abril de 2008.

**EDUARDO DA FONTE**  
Deputado Federal - PP/PE

**SIMÃO SESSIM**  
Deputado Federal - PP/RJ